

A SEGUNDA GRANDE VAGA DE DESINCRUSTAÇÃO E A CRISE DE 2007-15*

José Luís Garcia

Resumo: O ensaio “A segunda grande vaga de desincrustação e a crise de 2007-15” procura compreender a crise financeira global de 2007-2008 que, entre 2010 e 2015, se estendeu aos países europeus do Sul e à Irlanda, como sequência de uma conjuntura que remonta sensivelmente às duas décadas finais do século XX. Sob a influência de uma leitura ampla da obra publicada, em 1944, de Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (2012), designamos tal conjuntura de segunda grande vaga de desincrustação da economia relativamente à estrutura social; o mesmo é dizer, um novo processo de alargamento

* A publicação deste ensaio tem uma pequena história que importa ser conhecida. Começou por ser, nas suas grandes linhas, a “conferência de fecho” realizada pelo autor em 12 de julho de 2013 no XI Congreso Español de Sociología que teve lugar em Madrid. Em 2014, depois de revisto e traduzido para Castelhano, foi publicado na *Revista Española de Sociología* n.º 22 (2014): 145-161, com o título “La ‘crisis’ y la metamorfosis del capitalismo”. Em junho de 2015, o texto foi apresentado pela primeira vez em Portugal na conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa: Crise e Identidade”, realizada na Universidade do Minho e, nessa sequência, entregue para integrar uma obra que viu a sua edição atrasar-se até finais de 2020. Em apenas cinco anos, a situação internacional observou transformações substanciais. Para contextualizar as limitações deste escrito merecem destaque as seguintes mudanças: o surgimento de uma resposta nacionalista de direita, no centro anglo-saxónico do neoliberalismo, protagonizada por Trump e Johnson; a passagem de uma ordem global no plano geopolítico para ordens regionais; a abertura de um estado de conflito claro entre os EUA e a China; a erupção, em inícios de 2020, da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2, que conduziu a uma crise global sanitária com repercussões sem precedentes no plano económico e social e no quadro lato de uma crise climática; a reação da União Europeia à crise originada pela pandemia é conduzida aparentemente por uma política de sinal contrário à orientação económica imposta na crise de 2010-15 analisada aqui. Estas alterações, de grande espectro, não estão obviamente contempladas neste escrito. Ainda assim, o argumento central do texto não parece ter perdido a sua pertinência: o enfrentamento da crise pandémica tornou bastante evidente o falhanço das teses neoliberais e do seu ataque ao Estado Providência que se deu no contexto de um amplo processo de desincrustação social da economia desenvolvido desde as duas décadas finais do século XX.

do controlo do sistema económico-productivo pela economia de mercado que colocou a sociedade ainda mais heterónoma face à lógica mercantil. Trata-se de uma conjuntura em que a sociedade foi fortemente compelida a ser uma espécie de apêndice do mercado. Sob este enquadramento, são sondadas no texto certas correspondências entre correntes ideológicas e políticas, a emergência de novas forças sociais, económicas e científico-tecnológicas e o processo conhecido por globalização.

Palavras-chave: crise de 2010-14; neoliberalismo; segunda grande vaga de desincrustação; tecnociência de mercado; financeirização das economias; sociedade corporativa; cognitivização do capitalismo; capitalismo de tipo hayekiano.

Teria melhor efeito que as abstrações das ciências sociais em que o ser humano é reduzido a um *homo sociologicus* ou a um *homo æconomicus* tivessem em conta a complexidade dos indivíduos tal como é apresentada na tragédia, divididos entre opções alternativas e sem saber qual o caminho a tomar, como Hércules na encruzilhada – deliberando e escolhendo entre valores em conflito permanente ou aderindo a um valor que dá sentido à própria vida diante dos valores escolhidos pelos outros.

José M. González García, *La diosa Fortuna.
Metamorfosis de una metáfora política*

A RADICALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO LIBERAL

Este texto procura compreender a crise financeira global de 2007-2008, que entre 2010 e 2015 se estendeu aos países europeus do Sul e à Irlanda, no quadro de uma situação crítica de dívida pública da Zona Euro, como sequência de uma conjuntura que remonta sensivelmente às duas décadas finais do século XX. Sob a influência de uma leitura ampla da obra publicada em 1944 de Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (2012), designamos tal conjuntura de segunda grande vaga de desincrustação da economia relativamente à estrutura social, o mesmo é dizer, um novo processo de alargamento do controlo do sistema económico-productivo pela economia de mercado que colocou a sociedade ainda mais heterónoma face à lógica mercantil. Trata-se de uma conjuntura em que a sociedade foi fortemente compelida a ser uma espécie de apêndice do mercado. Sob este enquadramento, serão sondadas neste texto certas correspondências

entre correntes ideológicas e políticas, a emergência de novas forças sociais, económicas e científico-tecnológicas e o processo conhecido por globalização. Por adquirido, considera-se que os âmbitos citados estão inscritos, na esfera económica, nas dinâmicas de um século XX muito marcado pela expansão dos mercados e reinvenção das indústrias, pelos desenvolvimentos das ciências, pela articulação destas com as novidades tecnológicas e expectativas nelas investidas, e pelos EUA enquanto principal poder económico, industrial e científico, uma potência eminentemente liberal, pró-mercado livre e tecnófila. A interpretação que se quer iluminar relativamente a todo o período conturbado da crise financeira global implica uma abordagem mais lata, que inscreva as suas raízes, traços e consequências num processo longo, abrangente e complexo.

Desde finais dos anos 70 do século XX que se verifica a ascensão de um imaginário político que aparenta evidenciar-se na defesa da restrição do âmbito do Estado, mas que com mais precisão dá um novo sentido ao intervencionismo estatal, quer no plano económico, quer no plano social. Fazendo referência, geralmente de forma indiferenciada, a certas noções do liberalismo clássico, tais visões recobrem concepções normativas sobre o Estado, a propriedade privada, a liberdade individual, a competição social, o mercado e a relação entre sociedade e economia. Na esfera da economia, diferentemente do liberalismo identificado com o *laissez-faire*, algumas versões desse imaginário defendem o intervencionismo jurídico do Estado com o objetivo de construir uma moldura normativa e social que permita estabelecer um quadro político que seja o permanente garante da ordem do mercado. Este é o caso do “ordoliberalismo”, a forma alemã de neoliberalismo proposta pelos teóricos da Escola de Friburgo, que propugna, não a separação entre o Estado, a economia e a sociedade, mas a criação de um modelo de Estado de direito a partir do qual se desenvolva uma ordenação económica baseada na livre competição e no ajuste dos planos individuais dos agentes económicos. Todavia, para esta corrente, o laço social não pode ser meramente reduzido à dinâmica mercantil, apontando por isso para a consubstanciação de uma política apoiada em valores morais que conduzam os indivíduos a desenrolar os seus planos de vida no seio do mercado. Esses valores morais, de acordo com o ordoliberalismo, devem assentar na generalização efetiva do modelo da empresa à escala do conjunto da sociedade.

Uma outra perspetiva deve ser mencionada a propósito do novo imaginário liberal, o “libertarismo”, tendo uma das suas variantes, o chamado libertarismo instrumental, tido uma inegável repercussão durante a presidência de Ronald Reagan e os governos de Margaret Thatcher. No campo da filosofia política,

o termo *libertarismo* recobre correntes de pensamento que têm uma concepção muito voluntarista do sujeito, supostamente pré-existente aos fins que elege, e a preeminência das noções de direito e de preferência. O seu eixo político é o reconhecimento da liberdade de cada indivíduo para fazer o que lhe aprouver com a sua pessoa e bens. A intromissão estatal nas formas de vida e na economia, incluindo a proteção para as chamadas externalidades do mercado, é decididamente combatida. A par de propugnar o fim do quadro penal a atividades e práticas como consumo de drogas e prostituição, o libertarismo reivindica a privatização completa dos âmbitos abrangidos pelo Estado-Providência e suas políticas públicas. O denominado Estado mínimo é o Estado almejado pelo libertarismo. O libertarismo instrumental, já referido anteriormente, é a versão do libertarismo que vê na liberdade individual um meio para a promoção da eficiência económica. Após o afrouxamento do crescimento económico dos anos 70, o programa libertarista da não intervenção estatal na economia e da total liberdade das forças de mercado apresentou-se como uma alternativa às orientações político-económicas de cunho keynesiano com o objetivo de criação de riqueza. O pressuposto subjacente é que, crescendo a riqueza, cresce igualmente a possibilidade de preferências individuais¹.

Vale a pena notar, porém, que no plano político não tem sido rara a miscelânea entre algumas correntes de todo este difuso quadro ideológico liberal e certas variantes do pensamento conservador ou mesmo “tradicionalista”, sobretudo em matéria de costumes, amálgama essa alicerçada na comum oposição ao Estado-Providência e na delegação ao sector privado das atividades ligadas ao Estado Social. Assim, embora não completamente discernível em todos os seus desenvolvimentos e articulações com outras concepções e fenómenos, a nova constelação liberal tem vindo a entrelaçar-se com orientações económicas muito favoráveis à liberalização da economia sustentadas por diversas forças atuantes a uma nova escala planetária – *corporations*, entidades internacionais, tecnocracias, grupos dominantes transnacionais. O fim do bloco dirigido pela antiga União Soviética e o enfraquecimento do imaginário utópico de cunho marxista foram fatores que abriram espaço para a constelação liberal se afirmar.

A situação socioeconómica que, entre 2007 e 2015, assolou os EUA e a Europa, com particular expressão nos países europeus do Sul, foi simultaneamente resultado e possibilidade de intensificação e radicalização dessas correntes genericamente associadas ao liberalismo, ancoradas nas doutrinas económicas

¹ Para uma sucinta e rigorosa exposição do libertarismo na bibliografia portuguesa, ver Fonseca (2013, pp. 67-85).

chamadas neoliberais. Apesar das suas diversas cambiantes e da sua plasticidade adaptativa a diferentes contextos sociais e políticos, o que geralmente é designado como neoliberalismo – seguindo Steger e Roy (2010) – pode articular três expressões principais: a ideológica, um modo particular de governação e um conjunto de políticas. Enquanto ideologia, o neoliberalismo promove uma visão de liberdade, crescimento económico e globalização como corolários do mercado livre. A produção e transação de bens materiais é vista como constituinte primário da experiência humana, da interação social e da organização coletiva. A esfera económica é representada como sistema autónomo e preponderante dos demais fenómenos e processos sociais. Demarcando-se das economias estatizadas ou com forte componente estatal, que acusa de obreiras de políticas coercivas, o seu âmago ideológico promove a imagem de agentes individuais no exercício da sua vontade livre e iniciativa, de que resultaria o aumento da riqueza social. Em termos de governação, esta é pautada pelo ressurgimento do primado da economia face à política, quer dizer, pelo renascimento da economia enquanto diretriz política central com consequências em todos os domínios da vida social. Finalmente, o fundo ideológico impulsionador do mercado global como propulsor de um mundo supostamente livre e unificado é suportado por uma proliferação de medidas políticas que promovem e difundem o modelo económico e de discursos que impregnam, a uma nova escala, o discurso público com representações idealizadas de consumo e mercado livre. Esta orientação tem vindo a ser adotada por diversas agendas e atores, estatais e não estatais, nacionais, internacionais e transnacionais, ao longo das últimas quatro décadas e a estimular quatro tendências: o ataque ao Estado social e às formas de proteção social; a financeirização das economias e das sociedades; a investida no aumento das oportunidades lucrativas através do surto de inovações tecnocientíficas transformadas em novos ramos industriais (com destaque para a galáxia informacional/computacional e as biotecnologias); e a globalização da produção e do comércio.

Especificamente, quanto à constância da situação de dificuldades agudas, associada à erupção dos problemas da dívida soberana dos Estados-Membros da Zona Euro em 2010, decerto cada contexto nacional contou com as suas características singulares; no entanto, foi parte de um panorama internacional altamente instável que teve como catalisador a crise financeira dos Estados Unidos da América de 2007-2008. As causas da situação grave em países como Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda e mesmo a Itália, com todas as suas diferenças, foram diversas, mas a sua convergência revelou as insuficiências estruturais do quadro regulatório do funcionamento da união económica e

monetária². A União Europeia expôs a sua debilidade como união política (Habermas, 2012; Beck, 2013) e os seus desníveis em termos económicos sob uma moldura de uma moeda única forte. Esta fragilidade permitiu a investida agressiva dos mercados financeiros aos Estados-Membros mais vulneráveis, tendo a burocracia da União Europeia liderada pela Alemanha optado por respostas isoladas de cada Estado-Membro e por ressaltar a indisciplina financeira dos países mais afetados, de modo a fazer com que não deixassem de cumprir as metas das finanças públicas. Apesar de algumas medidas – tardias – por parte do Banco Central Europeu para a colocação dos títulos das dívidas soberanas, as dificuldades fizeram-se sentir de forma aguda, agravadas pelas respostas perniciosas dos programas de assistência às economias periféricas da Zona Euro e da prossecução da agenda neoliberal inscrita nos Tratados e nas políticas da UE. Com variações entre os países, as dificuldades financeiras, orçamentais e económicas combinaram-se entre si e repercutiram-se interativamente. Durante este período, a desigualdade social cresceu, houve cortes nos serviços públicos e aumentou a tributação, tendências que continuaram a ter efeitos funestos. Assistiu-se à permanente instabilidade financeira e ao reforço das dificuldades, que se refletiram no aumento das desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza e em inúmeras fragilidades e incertezas nos planos social, económico e político.

Está já suficientemente claro que a receita de combate aos problemas da Europa do Sul configurou uma das causas da continuidade das dificuldades, na sua extensão e natureza: a imposição dos programas de ajuda externa aos países do Sul da Europa expandiu um plano de austeridade que agudizou as clivagens entre estes países e o Norte europeu, que arrastou os primeiros para uma espiral de grandes dificuldades. Aparentemente, a crise económica sinalizou a agonia de uma economia destituída de sentido, no contexto da qual muitos economistas, políticos, analistas de *rating* e jornalistas acreditaram demasiado nas possibilidades de previsão da economia, descurando os fatores de imprevisibilidade. Mas há que salientar um outro elemento: a emergência da era neoliberal teve como consequência colocar os Estados numa condição de subordinação aos mercados (em alguns casos os Estados regozijaram-se com tal sujeição). Foram os mercados que desestabilizaram o sistema financeiro, que o levaram à rutura,

² Contributos para uma interpretação sociológica da crise financeira em Portugal e Espanha encontram-se em Díez Nicolás (2013, pp. 125-140), Fortuna (2012, pp. 93-96), Pinto (2013, pp. 141-152) e Silva (2013, pp. 153-168), apresentados no *Encuentro Ibérico de Sociología* realizado a 2 e 3 de março de 2012, em Madrid.

tendo todavia a sua recuperação sido concretizada pelos contribuintes³. As dificuldades sociais não cessaram de se agudizar, o projeto político da União Europeia debilitou-se e os próprios sistemas partidários de vários países foram seriamente abalados ou arruinados, um cenário que contribuiu para a ascensão do populismo e para o enfraquecimento da democracia como regime político. O curso de todo este período pautou-se pela erosão do tipo de capitalismo democrático ligado ao Estado Social que foi erguido, no pós-Segunda Guerra Mundial, nos países ocidentais do Norte e no quadro da chamada terceira vaga da democratização, na Europa do Sul e na América Latina.

A TECNOCIÊNCIA DE MERCADO E OS NOVOS CONTINENTES PARA A MERCADORIZAÇÃO

Sem negar o papel da epistemologia falaciosa de um paradigma de ciência económica muito crédulo na governabilidade da economia e das extrapolações estatísticas, não é possível desatender que o desenrolar da crise contou com os seus grupos de interesse. Nos finais do século XX, ocorreu um fortalecimento do ímpeto liberal por parte dos detentores do capital e dos que dispunham do mesmo no quadro da formação de um mercado mundial – instigado pela Organização Mundial do Comércio – mais integrado e da competição à escala planetária, ao mesmo tempo que a cultura do capital e do mercado se disseminou, alargou e aprofundou. Por isso, a transformação do capitalismo de que este texto se ocupa de seguida incide em três aspetos: o papel decisivo dos mercados financeiros nas economias capitalistas contemporâneas; a reabsorção, ou recaptura, de domínios que haviam sido assumidos como pilares do Estado Social; e a expansão e tomada mercantil de áreas antes livres de exploração através da rotinização e fetichismo da inovação tecnológica. Argumenta-se que estas dinâmicas estão na origem da eclosão de uma nova configuração do capitalismo.

Tópico não secundário, embora muito negligenciado pelos próprios meios universitários e científicos, é o do imperativo de a lógica mercantil incidir fortemente nas últimas décadas sobre a universidade e a ciência. Um processo de “cognitivização” do capitalismo, cuja marcha se cumpre pela ingerência mercantil e diligencia ser ao mesmo tempo tentacular e estrutural, tem vindo a

³ Para uma síntese recente e esclarecedora, na bibliografia portuguesa, do processo de ascensão dos mercados, dos atores e dos motivos financeiros, assim como do programa de privatização, liberalização e desregulamentação, ver Mamede (2016, pp. 11-41). Para abordagens também muito atualizadas da dinâmica histórica, social e económica da globalização, ver Curto (2016).

abrir novos continentes para a economia de mercado. A moldura institucional da atividade científica promovida pelos Estados e burocracias internacionais é a chamada *triple helix*, a aliança progressiva, sob o patrocínio estatal, entre o mundo empresarial, com as suas específicas lógicas produtivas e comerciais, e os corpos de investigação no interior das instituições do saber e dos laboratórios. Novas sinergias entre as entidades estatais, académicas, científicas e o universo empresarial têm dilacerado o sentido que norteava predominantemente a universidade e a ciência no contexto anterior. A subordinação crescente da ciência ao imperativo mercantil, através da prossecução de um empreendimento de tecnociência de mercado – este um novo tipo de atividade científica, que se prefigurava já no pós-Segunda Guerra Mundial através da *Big Science* – com potencial lucrativo, comercial e utilitário, estimula a transmutação do conhecimento científico e tecnológico em “capital cognitivo”. Esse tem sido o motor da inovação tecnológica e das novas indústrias tecnológicas como propulsoras da economia tecnocientífica, cultural, criativa, digital/informacional e bioinformacional (Garcia, 2012, pp. 19-30). E, no entanto, o seu duplo movimento é de mais difícil perscrutação: o que está em curso é um processo não apenas de investimento da produção científica pela lógica mercantil, mas de cientifização e tecnocratização (sobretudo económica) do próprio esquema governativo, da lógica operativa e inclusivamente do fundo de legitimidade política. Certas expressões deste ideário alastram-se à própria compreensão da ciência (Pellizoni & Ylönen, 2012).

A “hegemonia cibertecnológica” em curso (Martins & Garcia, 2016) joga um papel central na aceleração das novas teias de sentido do capitalismo de cunho cognitivo. A revolução digital ou informacional contemporânea é não só um motor da transformação de parcelas do conhecimento em capital, da chamada desmaterialização da produção, do consumo e da emergência de novos produtos-mercadorias, mas também uma força impulsionadora de novos mapas de poder do mundo globalizado e de confusão nas esferas públicas. A explosão digital, no fluxo das mutações nas estruturas de *media* que o pós-guerra legou, já demonstrou comportar novas escalas de exclusão no acesso à informação e na participação dos espaços globais de poder. A promessa de uma “aldeia global”, celebrada quase liturgicamente em profecias teóricas de um mundo harmonioso, que a todos prometia representação e expressão, aparece largamente frustrada e contaminada por ruturas sociais, bolhas virtuais, mentira organizada, usos irresponsáveis da linguagem, táticas digitais e vigilância informática. Ainda que se assista a uma nova cartografia do mundo político e à emergência de novas potências económicas, o “fosso digital” é também uma

realidade, ela própria matizada – já que se impõe dentro dos próprios países. Novas rotas de exclusão e divisão do mundo são operadas, conformando uma clivagem primacial entre os que participam de uma forma de literacia dominante e os que dela ficam de fora. A divisão de poder é hoje largamente alicerçada em cisões profundas no acesso e propriedade do conhecimento, dos dados e da informação. Ao mesmo tempo, o sistema tecnológico contemporâneo abre novas possibilidades ao simulacro, à invisibilização do real, ao controlo dos cidadãos e às formas de violência e guerra. A articulação das tecnologias da informação com os *drones* em potências militares como os EUA e Israel ilustra de forma gritante esta tendência, que pode ser introduzida nas cidades sob pretexto da segurança.

O movimento para a capitalização do ciberespaço por algumas mega-plataformas, favorecidas pelas leis de potência das redes que concorrem para a concentração, replica lógicas de poder corporativo ao invés de promover espaços plurais de produção cultural. A promessa de pulverização das estruturas de poder político e das *corporations* é contrariada pela tendência para a continuidade de estruturas verticais de organização e influência no digital. Ao mesmo tempo, a manutenção e o reforço do padrão cultural anglo-saxónico parecem conduzir à permanência do estatuto de nicho de muitas culturas locais e nacionais.

Neste sentido, o contexto de crise que tem perdurado contém em grande medida a face visível e a expressão mais imediata de uma reformulação dos campos de ação e exploração do capitalismo e dos mapas internacionais de poder tecnológico e económico. A extensão do capitalismo abarca agora domínios anteriormente imunes à lógica mercantil, nas dimensões orgânica e intelectual. Concomitante com a revolução digital, a mercantilização do conhecimento é um dos fatores centrais do novo padrão económico. Abriram-se novas esferas industriais e comerciais, como os biomercados e o ciberespaço. A produção contemporânea, dita pós-industrial, cria e acrescenta necessidades em massa, ficcionadas e impulsionadas pela dinamização dos valores do *marketing*, da publicidade e da crescente esteticização dos produtos mercantis.

Entretanto, as consequências da intensificação desta feição do mundo contemporâneo podem ser ainda pensadas num outro âmbito, porventura mais penetrante: a disseminação de um novo tipo de pensamento sobre a ciência e o aparecimento da tecnociência de mercado, mas também a congregação de disrupções no próprio sentido da experiência dos indivíduos, dos grupos e das sociedades por via do relevo cultural da ciência e da tecnologia. O imperativo da descoberta científica e da ação da tecnociência irradia nos próprios

referentes de identidade da coletividade. Opera-se uma quase inversão quanto aos princípios organizadores da experiência que os sujeitos e os coletivos fazem de si: estes emergem cada vez menos da sua história diferenciadora, do seu passado coletivo, dos laços partilhados, para surgirem de produções mais ou menos rapidamente substituídas. A tradição e a conservação perecem, enquanto fundos de aglutinação e estabilização dos indivíduos, para cederem lugar à inovação permanente, à mudança rotinizada. “As nossas [sociedades] não são sociedades baseadas na sua conservação, mas na sua mudança, não na tradição, mas na inovação” (Lamo de Espinosa, González García & Torre Alberó, 1994, p. 41). É o horizonte de futuro que nos move, em dinâmicas de constante apropriação do novo, de reatualização, de reorganização de si. O eixo de experiência nas sociedades de hoje é o revolucionamento ininterrupto. Se as sociedades do passado pareciam de alguma forma compassadas pela sucessão do tempo, a contemporaneidade procura subverter qualquer cronologia numa vertigem de aceleração. A bússola das sociedades é o futuro: “O futuro, não o passado, controla o presente” (Lamo de Espinosa *et al.*, 1994, p. 41). Esse futuro obriga à reinvenção, que destabiliza e põe em constante revolvimento, mas também se projeta como expectativa, oferecendo-se como experiência de fé coletiva – ponto que se retoma adiante. Por isso, hoje “a ciência produz [...] sensações ambivalentes” (Lamo de Espinosa *et al.*, 1994, p. 41). A ciência, tomando crescentemente o lugar da cultura enquanto protagonista nos modos de relação com o meio, de inteligibilidade do mundo, da decifração da experiência e construção de sentido, estabelece uma viragem fundamental, porquanto a cultura é articuladora do conhecimento adquirido, da experiência passada e dos diversos saberes, ao passo que a ciência é disruptiva no seu progresso. Assim, a afirmação da ciência enquanto pilar do desenvolvimento social caminha a par da diminuição do valor epistémico de todas as formas simbólicas, de tudo o que o arquétipo da ciência não subsume ou reconhece. O “cientifismo” marginaliza – pretende marginalizar? – não apenas o conhecimento não científico, mas também a reflexão moral e a dimensão ética que classicamente acompanharam o conhecimento.

O CAPITAL COMO FORÇA INDISCIPLINADA E A ETERNA TEMPESTADE DO CAPITALISMO

São ainda embrionárias, relativamente indefinidas e revisíveis as relações de força entre as democracias políticas, os direitos sociais que surgiram como apátnio do Estado-Providência e o novo perfil do capitalismo que se tem vindo a

desenvolver desde as décadas iniciais do século XXI. Entrevê-se uma equação em mudança, cujas formas ainda dificilmente se antecipam. Os mapas políticos e jurídicos dos direitos fundamentais habitam princípios que parecem votados à caducidade perante o dinamismo mercantil e a inovação tecnocientífica contínua. Os limites são progressivamente revistos nos mais diversos domínios: no direito internacional, quanto à soberania dos países; nas esferas de mercado, onde são suspensas balizas à ingerência mercantil; na dimensão laboral, onde são derrogados direitos consagrados nas últimas décadas. Desenham-se novas configurações relacionais entre o capital e o trabalho, entre o Estado e os cidadãos. É a eterna tempestade do capitalismo, para parafrasear Schumpeter.

Os processos económicos, financeiros e tecnológicos estão em constante dinâmica de transformação, incluindo a redefinição das possibilidades e das fronteiras da economia de mercado. Com ritmos distintos, desde finais do século XX, que se verifica o abandono progressivo do ideário do Estado Providência, a corrosão e diminuição rápida das suas funções de intervenção pública e a transformação nas esferas do trabalho e da produção. Em paralelo, cresce o protagonismo dos mercados financeiros no tecido económico, cuja absorção em moldes negociais de domínios como a saúde e a segurança social dota de poder sobre áreas cruciais da vida e da reprodução social. Por sua vez, a atual situação crítica expõe a instabilidade estrutural do sistema capitalista e a impotência do mercado livre para fazer face a essa mesma instabilidade. A orientação prevalecente acredita no mercado livre como garantia de uma equilibrada acumulação e distribuição de rendimentos, resultantes de escolhas e preferências livres e contributos desprovidos de coação. O princípio da liberdade individual assim propugnado plasma-se em liberdade de consumo; a capacidade volitiva é substanciada em preferências de aquisição – o que, na realidade concreta de desigualdade social, se traduz em diferentes capacidades e condições de liberdade dos indivíduos.

A proeminência da propriedade individual resultante da passagem do capitalismo de tipo industrial-fordista para um capitalismo de mercado mundial, com forte base na inovação tecnológica e de bens intangíveis, tem tido como um dos seus reflexos a transferência de dívida pública para dívida individual, operada pela “privatização” dos direitos sociais conquistados no pós-guerra. Configura-se, no quadro de globalização dos mercados, uma paisagem económico-social “corporatizada”: “As grandes corporações públicas e privadas – estatais, supraestatais, financeiras, empresariais, sindicais, partidárias” – formam a “coluna vertebral” do capitalismo no século XXI (Giner, 2010, p. 71). Neste sentido, o mundo globalizado é um mundo corporativo. A influência exercida

pelos gigantes corporativos, organizados vertical e hierarquicamente, especializados numa determinada área e com um papel determinante no xadrez laboral das atuais sociedades, é indesmentível, embora as corporações não esgotem ou absorvam todo o espaço de ação social. Esta “sociedade corporativa” coexiste – e é por ela alimentada – com uma “utopia meritocrática”, grandemente desmentida pela assimetria remuneratória persistente entre homens e mulheres, assim como pela persistência de classes (Giner, 2010, pp. 72-73). O que se está a testemunhar refuta ambos os pressupostos do liberalismo radicalizado do nosso tempo: primeiramente, pela concentração financeira e tecnológica sem precedentes, a que se soma a provada inaptidão dos mercados financeiros para qualquer lógica redistributiva. A mesma condição assimétrica engloba tanto os cidadãos pelos feitos de uma disfunção previsível do sistema financeiro para a economia real, como os Estados nas relações diplomáticas.

O capitalismo atual tem como centro nevrálgico os mercados financeiros. A este respeito, vale a pena prestar atenção demorada a *Tempo Comprado – A crise adiada do capitalismo democrático* (2013), de Wolfgang Streeck, que problematiza o processo de financeirização do capitalismo ocorrido nas últimas décadas. A perspetiva adotada pelo autor alemão é essencialmente de tempo intermédio: privilegia os padrões observáveis em grande escala e uma ampliação temporal que, tal como neste texto se tem vindo a fazer, remonta a uma situação contemporânea, e o seu contexto específico, a mutações que se iniciaram há cerca de quase meio século. O esforço de síntese é, por isso, privilegiado. É neste sentido que a crise financeira global de 2007-2008 consistiu, traçando a sua genealogia, num episódio específico de um processo que começa a desenhar-se muito antes, e não como uma disrupção e corte de uma ordem que anteriormente seria harmónica e funcional.

A crise a que Streeck se refere

“é uma crise do capitalismo no contexto das democracias ricas do mundo ocidental, tal como este se estruturou depois da experiência da Grande Depressão, da refundação do capitalismo e da democracia liberal após a Segunda Guerra Mundial, do desmoronamento da ordem do pós-guerra, nos anos 70, das ‘crises do petróleo’ e da inflação, etc.” (2013, p. 15)

Voltamos a encontrar em Streeck a enunciação da tripla composição da situação crítica: “uma crise bancária, uma crise das finanças públicas e uma crise da ‘economia real’” (2013, p. 32). Esta nefasta tríade, argumenta o autor, deveu-se, primeiramente, à proliferação do crédito, tanto público como privado,

realidade que oleou a engrenagem do capitalismo financeiro e que havia de deparar-se em grande escala com o crédito malparado. Em segundo lugar, é resultante dos défices dos orçamentos públicos, avolumados nas recentes décadas e propulsores do engrossamento das dívidas estatais. Em terceiro lugar, está articulada com as questões do desemprego galopante e a estagnação da economia, realidades relacionadas causalmente com a dificuldade de obtenção do crédito por parte de empresas e consumidores, assim como de respostas transversalmente adotadas por Estados relativamente à diminuição das despesas, pelo corte de prestações sociais e, especialmente, pelo aumento fiscal.

A tese apresentada em *Tempo comprado*, e que origina e lhe oferece o próprio título, é a ideia de que a falência do capitalismo regulado, fiador do crescimento económico e do pleno emprego – pedra angular do contrato social estabelecido no pós-guerra –, se prenunciava já na década de 1970. Ora, perante tal prenúncio de derrocada e de fim da fé coletiva e consenso ideológico no aumento qualitativo da experiência material das bases sociais, vários mecanismos foram sucessiva e habilmente acionados, com vista ao retardar do colapso financeiro nas economias europeias das últimas décadas. A sofisticação do protelamento, a “compra do tempo”, foi conseguida numa primeira fase por políticas inflacionistas e, num momento posterior, pelo endividamento público. Streeck acentua este processo, expondo o modo como a perda iminente de direitos sociais, da “paz social” conquistada pela expansão até às bases do poder de compra, gerou uma crise de legitimidade do próprio capitalismo, sobretudo do capitalismo tardio. Foi o confronto com tal vácuo de legitimidade que o “tempo comprado” procurou adiar. O amortecimento de possíveis e previsíveis conflitos sociais foi conseguido “aproveitando o dinheiro”, essa “instituição misteriosa da modernidade”, para usar as palavras do autor. A explosão do consumo e a absorção pelo mercado de esferas crescentes da vida social – o lazer, o desporto, a comunicação... – caminharam a par da permutabilidade crescente entre “trabalho” e “trabalho remunerado”, realidade em muito devedora da entrada e crescente afirmação da força de trabalho feminina. A expansão da sociedade de consumo terá sido, através da expansão do crédito, o canto de cisne de um tipo de capitalismo que se acreditou passível de regulação e compromisso com os direitos políticos consagrados e a paz social.

A adoção da moeda única na União Europeia surge, nesta conjuntura, como “experiência frívola”, na expressão de Streeck (2013, p. 254), fazendo tábua rasa das clivagens e assimetrias internas no projeto europeu, travando a autonomia decisória dos Estados quanto à possibilidade de desvalorização da moeda e alavancando respostas de tipo competitivo, numa aparência de

flexibilização dos mercados que sacrifica direitos laborais e sociais. Sem uma verdadeira união política, a união monetária é uma máscara de coesão.

A lacuna fundamental apontada por Streeck às teorias da crise da Escola de Frankfurt datadas da década de 1970 é, precisamente, a de não terem vislumbrado o capital como agente próprio da mudança: “ao não terem atribuído qualquer intencionalidade e capacidade estratégica ao capital, uma vez que o tratavam como aparelho e não como agência, como meio de produção e não como classe” (2013, pp. 47-48), tais orientações surgiram destituídas de uma intuição fundamental. Seguindo o autor, o capital assumiu-se enquanto fator por excelência de modelação das forças sociais, das lógicas de domínio, tornando-se força indisciplinada, não instrumental, propulsora dos novos rumos e mudanças que se sucederam. Se, na expressão certa de Streeck, “o capital se revelou como jogador e não como brinquedo – como um predador (e não como animal de criação)” (2013, p. 48), os sinais da atual crise, assim como do lastro histórico posterior à década de 70, parecem testemunhar o não acolhimento do capital às várias regulações que lhe foram impostas no pós-guerra. É este agenciamento, sublinhado por Streeck, que explica a recusa última dos mecanismos reguladores – da domesticação falhada do que não é um animal de criação e sim um predador – e o falhanço da mão estatal e dos enquadramentos disciplinadores keynesianos, legando-nos um “capitalismo de tipo hayekiano”: não apenas porque a ação política tenha desistido do controle disciplinador, aliando-se a um determinado tipo de orientação mercantil, mas também, e talvez sobretudo, porque “o capitalismo não podia nem queria satisfazer para sempre” as reivindicações do progresso social e do crescimento. Assim, na perspectiva que a obra veicula, não terão sido “as massas que se recusaram a seguir o capitalismo do pós-guerra, acabando com ele, mas sim o capital na forma das suas organizações, organizadores e proprietários” (2013, p. 45). A viragem vertiginosa não se fez pela deslegitimação do capitalismo perante as bases populares, mas por reação de quem detinha o poder económico e com ele alinhava, como Streeck havia adiantado páginas antes, ao considerar o fluxo de mudança concretizado no “capitalismo global do último terço do século XX um resultado da resistência dos detentores do capital e daqueles que dispõem do mesmo – da classe dos ‘dependentes do lucro’ – às múltiplas restrições que o capitalismo foi obrigado a aceitar depois de 1945” (2013, p. 28). Descurar o papel do capital enquanto força turbulenta das estruturas e organizações sociais torna qualquer tentativa de compreensão votada a um certo enviesamento.

Esta é precisamente uma das ideias fundamentais com as quais se postula aqui ser imprescindível dialogar: que não só o capital, mas também o capitalismo

como se conhece hoje, impulsionado e dinamizado pela vertigem do crescimento económico, imprimem novos rumos, novas dinâmicas de conformação. A tendência de mercadorização de cada vez mais domínios é conatural ao próprio capitalismo, firmado na rotinização da inovação tecnocientífica. A vocação totalizante do mercado e da tecnologia enquanto fetiches de uma nova era consubstancia o próprio âmago ideológico dominante. Trata-se de um dinamismo de redefinição de carácter do mundo social, uma condição nuclear da experiência dos sujeitos na contemporaneidade, dos sistemas de governo, educação, cultura, trabalho, lazer, comunicação, etc. Além da tecnologização sucessiva da vida individual e social, com todas as suas consequências em termos de destruição de formas de vida, padrões de consciência e de comportamento humano, a financeirização do capitalismo investe o dinheiro enquanto poder com uma dimensão espiritual, que extravasa pungentemente os limites clássicos do poder económico ou da troca.

O poder simbólico do capitalismo financeiro é o da tendente universalidade da venda: a racionalidade é mercantil, a aspiração de fundo é a de tudo submeter ao valor de mercado, a relação primeira entre sujeito e coisa é a da possibilidade de transação. O *management*, os discursos de “crescimento pessoal”, o *coaching* promovem a indispensabilidade de cada ser humano se moldar à imagem do que define querer ser, de aprender a controlar emoções e comportamentos, de alterar o seu semblante físico adequando-o ao padrão escolhido, tudo isto em função de ser “empreendedor” todos os dias na prossecução de metas inerentes aos líderes e aos que triunfam na competição de todos contra todos que se tornou o mundo social⁴. Novas formas de mercado impõem ou abrem caminho deste modo a outras formas culturais, submergindo neste ímpeto mercantil o conhecimento, a ciência, a cultura, a expressão artística, a criação intelectual, as emoções, o comportamento, os estilos de vida... A este respeito, autores como Laval e Dardot (2009) sugerem a ideia de uma “razão neoliberal” em que a competição e a empresa se tornam no modelo de subjetivação do sistema neoliberal.

É por isso crucial, em termos conceptuais, recuperar a ideia de agenciamento do capital. É à luz deste agenciamento, e deste reconhecimento, que as relações entre política e economia, tecnociência e mercado, poder empresarial e trabalho, democracia e capitalismo, enfim, entre economia e sociedade, devem

⁴ Sobre a hegemonia ideológica do discurso da gestão e do *management* e a financeirização das relações salariais, ver, entre outros trabalhos recentes, Alonso e Fernández Rodríguez (2012) e Matos (2015).

ser avaliadas e reequacionadas. Questionando a relação tensa entre capitalismo e democracia, adensada, complexificada e talvez revelada na sequência da crise de 2007-15, Streeck levanta a interrogação: que fazer, quando somos expostos à crueza da evidência de que “a justiça social não é absorvida pela justiça de mercado?” (2013, p. 254).

Um dos pontos fulcrais decorrentes da análise do autor, que importa integrar nas análises correntes sobre a situação crítica contemporânea, é que “o futuro da sociedade está em aberto e que a história não é previsível” (Streeck, 2013, p. 12). Tal perspectiva parece ter de facto sido combatida e afastada, ensombrando assim um determinado tipo de obstinação teórica consentânea com a ideia de progresso material, jurídico e social que encaminharia as sociedades para o fim da história, onde a consagração de direitos sociais e políticos seria apanágio de um estágio evolutivo concreto. Lembrar que as instituições sociais, assim como os direitos, liberdades e garantias constitucionais, existem sempre num equilíbrio precário, temporário e facilmente perturbável será, porventura, uma das mais valiosas pistas da leitura de Streeck.

Todavia, é indispensável não direccionar a leitura num sentido que sugira o capitalismo como fenómeno global, totalizante, da experiência humana – potenciando um diagnóstico ou uma construção de sentido substantiva ou, redutoramente, “economicista”. Há dimensões da ação social que se furtam a esta lógica: conflitos étnicos, identitários, respostas a crises sanitárias, cuja plena extensão não é subsumível por ímpetus económicos, ou cujo enquadramento nas economias de mercado não é totalmente explicativo. Assim, a ocupação do Tibete, os confrontos nacionais dentro de vários Estados, entre outros exemplos possíveis, são demonstrativos de como as relações de força, de identidade e de poder devem ser pensadas em articulação com outros elementos da vida social. Se é verdade que é difícil pensar em redutos da ação social imunes aos efeitos do capital e do mercado hoje, também é verdade que se impõe evitar pensar o capitalismo por via de relações apenas macrocausais, atribuindo-lhe o poder explicativo último de todos os fenómenos sociais.

AS RETÓRICAS DA CRISE

O antigo professor de Harvard Albert O. Hirschman, em *The Rethoric of Reaction. Perversity, futility, jeopardy* (1991), sustenta a ideia de que a discussão política e económica é muitas vezes enviesada por “retóricas da intransigência”, formulações narrativas de longa duração a que subjazem arquétipos míticos e radicações morais. Nesta linha, analisa nessa obra os padrões argumentativos

das retóricas que, desde finais do século XX, têm tido como alvo o Estado-Providência. Este modelo de Estado tem sido sujeito a ataques e tentativas de descredibilização, que, segundo Hirschman, podem ser subsumidos no tríptico argumentativo da “perversidade”, da “futilidade” e do “risco”.

A perversidade, a futilidade e o risco são dispositivos retóricos, classicamente usados na estratégia discursiva do conservadorismo – ainda que possam ser apropriados por qualquer grupo político –, que visam colapsar medidas, propostas ou programas políticos, expondo a sua suposta perversão colateral. Ao apontar os vícios e danos que essas iniciativas políticas arrastariam, ainda que admitindo a sua pertinência ou validade teórica no plano da abstração, estas operações retóricas pretendem desvirtuar e colapsar, pela retirada de confiança, as propostas políticas do adversário.

As operações argumentativas da perversidade, da futilidade e do risco têm, cada uma, estratégias autónomas de incisão. A retórica da perversidade tem como móbil fazer recair sobre determinado programa político a consequência exata que se procuraria evitar. A tese da futilidade intenta ridicularizar, pela pretensa falta de eficácia, determinada proposta política, afirmando que os seus efeitos possíveis se esgotam no domínio do supérfluo. A tese do risco, por seu turno, pretende uma defesa pelo medo, atribuindo a uma nova proposta política o perigo de hipotecar todas as conquistas anteriores. Vejamos agora de que forma estas estruturas narrativas atuaram (e continuam a atuar) no ataque ao Estado-Providência e a muitas formas de proteção social para as colocar sob a lógica do que apelidamos de segunda grande vaga de desincrustação⁵.

A tese da perversidade tem como suporte a premissa da autorregulação dos mercados e a ideia de que a ingerência estatal, desequilibrando esta dinâmica autorreguladora, agudiza o problema que se propõe resolver – no caso, a pobreza. Considerando que a atribuição de garantias, que não depende do esforço do trabalho, gera estímulos à inércia e à dependência do Estado, a tese da perversidade atribui à assistência social por parte do Estado a responsabilidade pela criação de mais pobreza.

Tal ideia encontrou eco, não só na agressão ao Estado-Providência, mas também na responsabilização dos países do Sul durante a crise de 2010-2015. A imposição dos planos restritivos e de austeridade foi cumprida pela

⁵ No âmbito da publicação deste texto na *Revista Española de Sociología*, n.º 22, o sociólogo Fernando Ampudia de Haro chamou a minha atenção para um trabalho seu que estuda igualmente as retóricas da crise da Europa do sul de 2010 a partir do pensamento de Hirschman. A este respeito, ver Ampudia de Haro (2013).

disseminação de uma orientação que escamoteia o seu carácter de autêntica escolha política⁶. Uma narrativa hegemónica que revestiu de moralidade o cumprimento da dívida, que culpabilizou os países do Sul, caricaturando-os como maus pagadores, preguiçosos irresponsáveis que viveram acima das suas possibilidades, escamoteando o jogo político em que se alicerçam todas as dinâmicas económicas. A retórica da perversidade surgiu também num ponto central contra os níveis salariais adquiridos. Acusando os altos salários de bloquearem a criação de emprego, num efeito perverso da conquista laboral em que a remuneração seria impeditiva de novas contratações, a estratégia da redução salarial pretendia que salários mais baixos constituíam um estímulo às empresas e à empregabilidade. Foi ainda a mesma narrativa que preconizou a redução dos salários como resposta generalizada à recessão, que a Europa viveu na sequência da crise espoletada em 2007-2008. O núcleo teórico deste princípio é de simples enunciação: baixar os salários incrementa a competitividade, no contexto político da moeda única; ao mesmo tempo, salários demasiado altos não permitem a criação de novos postos de trabalho, estagnando a empregabilidade. A redução salarial generalizada geraria, nesta fórmula, o estímulo da competitividade e o combate ao desemprego.

Num breve texto, Louçã (2013, pp. 85-93) demonstrou como este último ponto é desmentido pelos dados referentes aos 24 países europeus de que se dispunha informação comparável, pertencentes na sua maioria à Zona Euro, a que se juntam o Reino Unido, os Estados Unidos e o Japão. Destes países, 16 parecem refutar o pressuposto em análise: há economias em que, apesar do aumento parcial do salário, se verificou a redução do desemprego, e há outras em que redução salarial e aumento do desemprego se verificaram cumulativamente. A evolução da última década desmente a relação causal entre as variáveis. A propaganda da redução salarial não refere os múltiplos fatores que interferem na contratação e na criação de emprego. Há muito mais a intervir na equação do que o simples custo do trabalho: os custos de contexto têm um peso que pode, muitas vezes, sobrepor-se – como as matérias-primas, a energia ou os juros. Ao mesmo tempo, há múltiplas razões de estímulo à criação de novos postos de trabalho. Assumir o custo do trabalho como único fator na equação da empregabilidade é, para além de falacioso, nefasto. Não só não resolve o problema do desemprego, como não resolve o problema da competitividade, ao assentar numa economia especializada em produtos de pouco valor

⁶ Para um aprofundamento deste problema, ver o muito completo trabalho teórico e sociológico de Ferreira (2014, em especial, pp. 113-156).

acrescentado – em consequência, menos competitiva. Onde a precarização é a regra, não há direitos sociais garantidos.

A tese da futilidade, por seu turno, tem como pretensão o ataque, não aos efeitos reais da medida, mas à inviabilidade do seu cumprimento. A retórica da futilidade caricatura as medidas de ação social como meras declarações públicas de intenção, cujo défice operativo – por esbarrar em dificuldades práticas de distribuição, por se diluir em redes burocráticas ou institucionais, ou por ser absorvido em esquemas montados pelos próprios decisores – acaba por servir as elites, ou por ver o seu efeito, ridiculamente mínimo, incapaz de introduzir qualquer diferença significativa. Assim, essa retórica acusa os desvios de fundos e os esquemas de corrupção como razões basilares para o impedimento de medidas como o subsídio de desemprego e outras orientadas à correção das assimetrias sociais.

Também o dispositivo retórico da futilidade tem profundo alcance. É, aliás, recorrente o ataque aos serviços e estruturas públicas com fundamento numa visão que os converte em fúteis. A caracterização do Estado como obeso, como megaestrutura burocrática cujo gigantismo, obsolescência e despesismo não servem os cidadãos, mas antes uma classe inerte de funcionários e burocratas instalados, tem servido como mote ao desmantelamento do próprio Estado. Escolas e hospitais são encerrados sob o pretexto da eficiência; as zonas periféricas são desprovidas de serviços pela mesma razão. Como replica Caldas (2013, pp. 43-54), a aplicação da lógica empresarial à administração pública implica a redução de qualquer espaço de motivação pessoal, de mobilização e comprometimento com o serviço público, o trabalho e a comunidade. A transferência da lógica das estruturas empresariais para a administração pública afasta qualquer expressão plena de mérito e reconhecimento que não seja pecuniário e amputa qualquer dimensão normativa e criativa no exercício laboral. Se já no mundo empresarial existem perspetivas que questionam esta unidimensionalidade, a inadequação à esfera pública é particularmente evidente. Mais do que o esboroar da ética profissional, a disseminação dos mecanismos fundados na teoria da agência representa o desprezo pelo princípio do serviço público.

Por último, o mecanismo retórico do risco, que talvez seja aquele cuja extensão foi mais significativa no discurso político na conjuntura de 2010-2015. O Estado-Providência, muitas vezes alvo da retórica ultraliberal como constituindo o maior perigo para as liberdades historicamente adquiridas, foi reiteradamente apontado como ameaça aos direitos e liberdades individuais, para além da ameaça que oferece ao crescimento económico.

A confluência dos três mecanismos retóricos identificados por Hirschman produziu uma narrativa unificada, quase total, no espaço europeu. A propaganda da inevitabilidade e da ausência de alternativas à austeridade que ecoou nos países do Sul da Europa escondia uma orientação. Uma verdadeira obsessão orçamental sob uma ortodoxia monetarista, irmanada com a moralização do pagamento da dívida como absoluto imperativo dos Estados sob ajuda externa, identificou falaciosamente a dívida como causa da crise financeira de 2010-2015, silenciando o aumento considerável dos níveis de endividamento na Zona Euro desde então (lembre-se, por exemplo, que a dívida portuguesa era, aliás, inferior à dívida alemã no período em causa). O fervor das privatizações alienou bens e serviços estruturais da comunidade – saúde, transportes, energia, educação e até segurança –, o que dificilmente se concilia com a construção do Estado Social no pós-guerra e com uma democracia mais aprofundada. A austeridade implicou todo um programa de ataque aos serviços públicos e aos direitos laborais, o que teve como fim último a designada flexibilização laboral, eufemismo que mascara a precarização do trabalho e o dismantelamento do Estado Social, com a privatização das funções primárias do Estado.

É a mesma narrativa que propagou a ideia de gestão de tipo empresarial do próprio Estado. A racionalidade económica normalizada passou a absorver a própria administração pública; a lógica da rentabilidade, da prossecução do lucro, da competitividade e do ganho contamina hoje a conceção de Estado. A grelha de sentido aplicada aos serviços públicos tende a não ser a da qualidade, da universalidade e do compromisso democrático – é mercantil. Projetam-se, sobre a administração pública, os critérios comuns aferidores da suposta boa gestão empresarial, como a rentabilização dos recursos e a obtenção de lucro. Tais critérios são, contudo, desadequados à consideração das organizações da administração pública. A abordagem transposta das estruturas empresariais para os organismos da administração pública revela-se de imediato desajustada desde a génese: no caso do mercado livre, os custos de produção implicam um investimento, já no caso da administração pública tais custos são suportados por um orçamento politicamente aprovado. Assim, falar de diminuição de tais custos com vista à maximização de lucro, para obter lucro ou excedente, é totalmente desprovido de sentido enquanto elogio de boa gestão: a finalidade constitutiva da administração pública é prover a comunidade de bens e serviços, pelo que a sua subtração ou cumprimento deficiente, ainda que financeiramente lucrativa, constitui exemplo de gestão danosa, e não o contrário (Caldas, 2013). Perdem-se os referentes democráticos e normativos sempre que se subjugou o Estado à lógica do mercado.

REFLEXÕES FINAIS

Tomando como acertado o pressuposto weberiano de que as Ciências Sociais devem pautar-se pela moderação nas suas ambições a enunciados gerais de causalidades e determinação, a perspectiva que foi aqui apresentada ambicionou discernir a eficácia histórica de certas imagens do mundo prevalentes, matizando esse intento com a procura de relações de adequação e inadequação entre correntes ideológicas, processos institucionais e formas económicas. Sob esta indicação, procurou-se identificar, por um lado, princípios compartilhados ou afins de teorias económicas e ideologias e teorias políticas responsáveis por criar visões que nos têm estado a guiar ou enquadrar, por outro, a dinâmica dos interesses materiais e ideais que nos têm condicionado, interesses esses no contexto das imagens resultantes daquelas ideologias e teorias.

A conjuntura da crise de 2010-2015 que se passou em revista convoca a discussão sobre o sentido da própria modernidade. A dinâmica que marcou esse período articula-se com a ultrapassagem de uma visão do mundo moderno que continha freios e referências, ligados a aspetos da tradição. Diante de nós temos uma tensão entre, por um lado, um mundo social que ainda está sob o manto do projeto moderno e, por outro, a velocidade que a aliança entre a radicalização do imaginário liberal, a agência do capital, a financeirização e o desígnio da inovação tecnocientífica orientada para o lucro tem estado a imprimir, rumo a uma outra construção societal – no fundo, trata-se do conflito entre o moderno e o “trans” ou “pós-moderno”. Na verdade, o que se exprime em dimensões plurais e polimórficas da crise vivida e que assola o tempo presente produz a evidência da rutura e dos referentes agregadores sociais.

A ausência de consenso é testemunha de uma divisão entre *epistemes*: o colapso da modernidade assiste à pulverização dos pilares normativos e o mergulho ainda tumultuoso na “trans” ou “pós-modernidade”, com o seu intrínseco abandono de muitos dos referentes anteriores. A crise económica terá tido assim um papel revelador das contradições e dimensões conflituantes entre Estados e crise económica: a tensão entre horizontes nacionais e internacionais. O declínio da modernidade parece produzir a incompatibilidade insanável entre os macroprincípios axiológicos que nutriram o paradigma moderno. A ideia de igualdade, progressivamente posta em causa pelas conotações de que foi investida enquanto acionadora da horizontalização dos agentes sociais pelo incentivo da mão estatal, parece ceder lugar indisputado à livre escolha e autodeterminação – uma conceção de liberdade negativa, individual e atomista (Ricœur, 1988).

A mundialização do mercado implicou a sua autonomização e predominância inequívoca. Esta projeção ideológica, esta “ideologia da não socialização da economia”, rompe com a lógica que acompanhou a crise económica dos anos 30 do século XX. A representação dos fenómenos sociais como extrínsecos, desconexos, desarticulados, independentes e absolutamente primeiros, determinantes das restantes dinâmicas e fluxos sociais, torna premente que se recorde e recoloque a economia como fenómeno social.

À perspetiva apresentada neste ensaio esteve sempre subjacente o pressuposto de que, primeiro, a economia está sempre incorporada num marco social e, segundo, a ciência económica moderna que tem sido chamada a orientar muitas das opções tomadas, sendo uma ciência autónoma no sentido em que é uma disciplina identificável, dotada de teorias e métodos próprios e de um âmbito de estudo específico, é parte integrante de um tronco comum do saber – as ciências sociais. Não existem fenómenos económicos completamente “puros”, todos os fenómenos económicos são simultaneamente sociais; por outras palavras, têm um qualquer entrelaçamento com planos culturais, ideologias e mentalidades, instituições, grupos e organizações sociais e com a história. Por sua vez, a ciência económica surgiu como disciplina científica no processo de ramificação disciplinar do século XIX, em torno da indagação e do estudo moderno do mundo social, processo esse que gerou outros âmbitos de questionamento e investigação próprios, tais como os da antropologia, sociologia, psicologia social, ciência política e história (Giner, 2001, pp. 387-409). Assim, as ideias económicas mais influentes e os economistas que as sustentam são largamente responsáveis por uma certa permanência da crise. Se há uma crise da economia mundial, também há uma crise do padrão predominante da ciência económica.

Conclua-se, pois, com algumas ideias já clássicas e que incorporam os pressupostos desta reflexão. Com Durkheim é possível compreender melhor o carácter social do mercado. Não necessita de demonstração que os mercados se tornaram uma força contundente do nosso mundo social, que possuem um carácter coativo, não obstante os indivíduos poderem ou não intervir na sua génese e desenvolvimentos. Os mercados passaram a existir como parte da sociedade que habitamos, possuindo essa natureza moral que Durkheim atribuía aos fenómenos sociais: são objeto de julgamento, de aprovação ou reprovação. Independentemente da nossa indiferença aos mercados, eles não nos tratam com indiferença; independentemente de serem lícitos ou toleráveis, os mercados têm sempre uma carga moral. Com Simmel, percebe-se o dinheiro como metafísica da vida moderna e contemporânea. E com a sociologia económica

de Polany (2012) e a sua conceção da grande transformação provocada pela economia desincrustada no século XIX, é possível dar conta da segunda grande vaga de desincrustação do nosso tempo na qual a economia de mercado se descontextualizou ainda mais do entorno social e assim se tornou um sistema quase autorreferente.

O que podem as Ciências Sociais face ao cenário descrito? No mínimo, seguir a recomendação de Auguste Comte, segundo a qual o poder espiritual deve separar-se absolutamente do poder temporal e agir sempre por livre ensinamento, livre conselho e livre consentimento. Esta orientação é lembrada devido à fragilidade inerente a uma investigação científica cada vez mais subordinada aos fins utilitários, aos resultados materiais e também à disciplinarização excessiva das Ciências Sociais, que as tem conduzido ao afastamento do diálogo com a filosofia, o direito, a ponderação ética, a literatura e as artes. Às Ciências Sociais cabe defender os interesses da sociedade e do poder racional da totalidade da sociedade, bem como o respeito por todos os indivíduos, face ao imperativo mercantil e tecnocientífico e à demagogia populista.

BIBLIOGRAFIA

- Alonso, L. E., & Fernández Rodríguez, C. J. (2013). *Los discursos del presente. Un análisis de los imaginarios sociales contemporáneos*. Madrid: Siglo XXI.
- Ampudia de Haro, F. (2013). As retóricas da crise em Portugal. *CIES e-Working Papers*, 145/2013. Lisboa: CIES-IUL.
- Beck, U. (2013). *A Europa alemã. De Maquiavel a “Merkievel”: estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70.
- Caldas, J. C. (2013). O Estado deve ser gerido como uma empresa? In J. Soeiro, M. Cardina & N. Serra (Eds.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade* (pp. 43-54). Lisboa: Tinta-da-China.
- Curto, D.-R. (Ed.) (2016). *Estudos sobre a globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Diéz Nicolás, J. (2013). Crisis económica, crisis financiera o crisis del sistema social global. *RES*, 19, 125-140.
- Ferreira, A. C. (2014). *Política e sociedade. Teoria social em tempo de austeridade*. Porto: Vida Económica – Editorial.
- Fonseca, R. (2013). Libertarismo. In J. C. Rosas, *Manual de filosofia política* (pp. 67- 85). Coimbra: Almedina.
- Fortuna, C. (2012). A crise e a sociologia do reverso. *RES*, 18, 93-96.

- Garcia, J. L. (2006). Biotecnologia e biocapitalismo global. *Análise Social*, vol. XLI, 181, 981-1009.
- Garcia, J. L. (2012). El discurso de la innovación en tela de juicio: tecnología, mercado y bienestar humano. *Arbor: Ciencia, pensamiento e cultura*, 188(753), 19-30. <https://doi.org/10.3989/arbor.2012.753n1002>.
- Giner, S. (2001). *Teoría sociológica clásica*. Barcelona: Ariel.
- Giner, S. (2010). *El futuro del capitalismo*. Barcelona: Ediciones Península.
- Habermas, J. (2012). *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Hirschman, A. (1991). *The Rhetoric of Reaction*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Laval, C., & Dardot, P. (2009). *La Nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Lamo de Espinosa, E., González García, J. M., & Torres Alberro, C. (1994). *La sociología del conocimiento y de la ciencia*. Madrid: Alianza.
- Louçã, F. (2013). Baixar os salários é o caminho para salvar a economia? In J. Soeiro, M. Cardina & N. Serra (coord.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade* (pp. 85-93). Lisboa: Tinta-da-China.
- Mamede, R. P. (2016). *A economia como desporto de combate*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Martins, H., & Garcia, J. L. (2016). A hegemonia cibertecnológica em curso – Uma perspectiva crítica. In T. D. Martinho, J. T. Lopes & J. L. Garcia (Eds.), *Cultura e digital em Portugal* (pp. 19-37). Porto: Edições Afrontamento.
- Matos, J. N. (2015). *O operário em construção. Do empregado ao precário*. Lisboa: Le Monde diplomatique e Deriva Editores.
- Pellizoni, L., & Ylönen, M. (Eds.) (2012). *Neoliberalism and Technoscience. Critical assessments*. Surrey (England): Ashgate.
- Pinto, J. M. (2013). A sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate. *RES*, 19, 141-152.
- Polany, K. (2012). *A grande transformação. As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Ricœur, P. (1988). La crise: un phénomène spécifiquement moderne ? [Conférence donnée à l'occasion de la collation d'un doctorat *honoris cause* au théologie, Neuchâtel, 1986]. *Revue de Théologie et de Philosophie*, 120(1), 1-19.
- Silva, M. C. (2013). Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *RES*, 19, 153-168.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Actual.
- Steger, M. B., & Roy, R. K. (2010). *Neoliberalism: A very short introduction*. New York: Oxford University Press.